



**SOCIEDADE  
CRISE E RECONFIGURAÇÕES**

# VII CONGRESSO PORTUGUES DE SOCIOLOGIA

19 a 22 Junho 2012

Universidade do Porto - Faculdade de Letras - Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação

---

ÁREA TEMÁTICA: Pobreza, Exclusão Social e Políticas Sociais

---

“NOVOS POBRES” E O IMPACTO ECONÓMICO, SOCIAL E SIMBÓLICO DO RSI

---

FERNANDES, Mónica  
Doutoranda em Sociologia  
Universidade do Minho  
[monica30fernandes@gmail.com](mailto:monica30fernandes@gmail.com)

---

FLAMBÓ, Emilia  
Socióloga  
[eflambo@gmail.com](mailto:eflambo@gmail.com)

---

MATOS, Alice Delerue  
Socióloga e Demógrafa, Professora Auxiliar do Departamento de Sociologia e investigadora do Centro de Investigação em Ciências Sociais  
Universidade do Minho  
[adelerue@ics.uminho.pt](mailto:adelerue@ics.uminho.pt)

---

MELO, Jacinta  
Mestranda em Sociologia, área de especialização em Desenvolvimento e Políticas Sociais, Universidade do Minho  
[jacintamelo@msn.com](mailto:jacintamelo@msn.com)

---

REIS, Zélia  
Doutoranda em Sociologia  
Universidade do Minho  
[zicareis@hotmail.com](mailto:zicareis@hotmail.com)



### **Resumo**

O presente trabalho resulta de um estudo exploratório de carácter empírico sobre os novos públicos do Rendimento Social de Inserção (RSI) e tem por base de análise, as histórias de vida de indivíduos com formação média ou superior, que conheceram uma vida estável no passado e que, devido à conjuntura económica, precariedade laboral crescente e problemas financeiros, se viram obrigados a recorrer ao RSI, solução que encaram como temporária.

Procurámos conhecer o percurso de vida destes beneficiários do RSI e avaliar os impactos económicos, sociais e simbólicos que o recurso a esta medida social teve nas suas vidas de “novos pobres”. Focalizamo-nos ainda nos constrangimentos vividos por estes novos assistidos, relacionados com o estigma e processo de rotulagem associados ao RSI dando voz aos entrevistados na procura de alterações e novas respostas para enquadrar a medida, de forma a suavizar os impactos negativos da realidade social experienciada.

### **Abstract**

This work/study is the result of an exploratory study of empirical nature regarding the new publics living with the Social Insertion Income (SII). Information was drawn from the analysis of the life stories of individuals with medium or higher education level, that had a settled life and that due to the economic situation of crisis, were compelled to the Social Insertion Income, which they see as a temporary solution.

We explored the life course of these new beneficiaries of the SII to assess the economic, social and symbolic impacts that were felt by them for being beneficiary of this social measure. We focused also at the constraints experienced by these new poors and new assisted, related to the stigma and labelling process associated to SII. we gave voice to the interviewees, so they could suggest changes and new answers regarding the social measure in order to mitigate the negative impacts from the social reality they experience.

Palavras-chave: Rendimento Social de Inserção; Novas formas de pobreza ; Desqualificação Social  
Keywords: Social Insertion Income; New forms of poverty; Social Disqualification

[PAP0929]

|

## **Introdução**

No actual contexto de crise económica e social, de endividamentos dos indivíduos e dos Estados, de medidas de austeridade, crescente desresponsabilidade do Estado em relação aos seus cidadãos e aumento inigualável do desemprego, surgem grupos de população com formação média e superior, com uma vida passada marcada pela plena integração laboral e social e percebida como de boa qualidade, recorrerem a medidas de protecção social, após a perda do vínculo laboral e, na sua sequência, dos bens de que dispunham, das relações sociais que detinham, em suma da sua própria identidade...Na falta de soluções alternativas para fazer face às despesas quotidianas de sobrevivência entram em contacto com os serviços de assistência social. Em geral, manifestam-se envergonhados e apresentam uma baixa auto-estima mas esperam que a relação com os serviços sociais seja temporária (Rodrigues, 2010 e Paugam, 2003).

Os factos enunciados colocam vários desafios aos dispositivos de Inserção do RSI que não foram concebidos para estes novos públicos. Para responder a esses desafios é fundamental começar por conhecer e caracterizar estes novos beneficiários bem como identificar e perceber as suas representações e expectativas em relação à medida. Este estudo exploratório, que abrangue 15 indivíduos beneficiários do RSI, residentes no Distrito do Porto, visa precisamente contribuir para a caracterização destes “novos pobres”.

## **Contextualização teórica do estudo**

Nas sociedades contemporâneas persistem e reproduzem-se velhas e novas desigualdades sociais inerentes ao modo de produção capitalista, dando lugar a novas formas de pobreza que afectam e fragilizam determinados grupos sociais. Estes conhecem uma posição social específica, marcada pela privação de recursos a que se associam situações de degradação, desqualificação e descrédito sociais. Mais concretamente, no contexto da actual crise económica, onde imperam medidas de austeridade, no sentido de reduzir a despesa pública, assiste-se a uma forte retração do Estado na protecção dos seus cidadãos, cada vez mais afetados pelo desemprego massivo, pela diminuição do poder de compra, pelo sentimento de insegurança e desconfiança generalizados.

O desemprego crescente, resultado do encerramento também crescente de empresas e serviços colocou muitos indivíduos em situação de risco face à pobreza. Indivíduos, com formação académica média e superior, com percursos sócio profissionais anteriores marcados pela estabilidade e segurança, vêem-se agora a braços com uma desvinculação face ao mercado de trabalho, com repercursões no acesso a bens e serviços por parte desses indivíduos, limitando-os. A esta situação acresce a construção de uma identidade fragilizada, muitas vezes pelo sentimento de impotência e desesperança.

Partindo do conceito de pobreza como uma situação de privação do acesso à satisfação de necessidades básicas essenciais (alimentação, vestuário, habitação, saúde,...), resultante da falta de recursos, com implicações na condição existencial do indivíduo (Costa et al, 2008) e no exercício da liberdade, como direito humano fundamental (Sen, 1999), pretendemos identificar novas formas de pobreza, inerentes ao contexto actual. Tem-se vindo a falar cada vez mais dos jovens licenciados, desempregados à procura do primeiro emprego que correm o risco de pobreza por falta de acesso ao mercado de trabalho. Tem-se falado também de indivíduos integrados no mercado de trabalho que, dada a sua precariedade e baixos salários, correm igualmente o risco de pobreza já que, estas condições os impedem de aceder a bens e serviços essenciais.

No contexto atual, encontram-se ainda em situação de risco face à pobreza, indivíduos que tiveram um percurso de vida anterior marcado pela segurança e estabilidade profissional e social, que lhes permitiu o acesso, através de créditos bancários ou não, a um conjunto de bens e serviços valorizados socialmente, mas que, face a uma situação de desemprego e perda significativa de recursos económicos se vêem, cada vez

mais expostos ao sobreendividamento e privação. A falta de recursos cria uma série de imobilismos que impedem os indivíduos de realizar escolhas e tomar opções de vida. Estes indivíduos, qualificados e com capacidade de procura activa de emprego, objectiva e subjectivamente, não conseguem empregar-se, o que acarreta inúmeras consequências sociais.

### **O RSI como último recurso dos “novos pobres”**

O Rendimento Social de Inserção (RSI), enquanto medida de política social que visa assegurar aos indivíduos em situação de pobreza e exclusão social e às suas famílias, uma prestação mínima com o objectivo de garantir a sua subsistência, tem-se assumido como fundamental, também para estes novos beneficiários, cada vez mais numerosos no conjunto dos requerentes.

Na ausência de outras alternativas financeiras, estes indivíduos *frágeis* (Paugam, 1991) contactam os serviços de assistência social, dando início a um processo de desqualificação social que afecta a sua identidade e os rotula de “assistidos”, passando a sofrer deste estigma quando entram em relação com os outros. Contudo, ao invés de outros beneficiários do RSI, estes indivíduos esperam que a sua situação de dependentes dos serviços de assistência social seja temporária (Rodrigues, 2010 e Paugam, 2003).

A constatação empírica de um crescente número de pedidos de prestação de RSI, por parte de indivíduos com formação média ou superior, com experiência profissional reconhecida, a residirem em geral em habitações próprias, situadas em áreas valorizadas socialmente mas que, atualmente, se encontram em situação de desemprego, de sobreendividamento e de ausência de recursos económicos capazes de garantir a sua subsistência, tem sido reportada por técnicos dos serviços de atendimento social e despertou neste grupo de trabalho, o interesse pelo aprofundamento da análise dos percursos e contextos de vida destes indivíduos assim como a identificação dos eventuais impactos do RSI no quotidiano destes beneficiários e na sua definição identitária. Atendendo à polémica instalada em Portugal em torno do RSI e aos processos de estigmatização de que são muitas vezes alvo os seus beneficiários e que podem ser reforçados pelos contextos de residência (bairros sociais, zonas degradadas das cidades, etc.) e pela dependência dos apoios estatais, muitas vezes prolongada no tempo, interrogamo-nos sobre os impactos que estes processos de estigmatização têm na vida e identidade dos novos públicos. Que expectativas é que estes têm em relação à medida e aos seus dispositivos? Quais as suas expectativas de vida para o futuro?

### **Metodologia e amostra**

Este estudo de caso teve por base a realização de entrevistas a 15 indivíduos, residentes no distrito do Porto, onze dos quais em contexto urbano e quatro em contexto periurbano, beneficiários do RSI. A selecção dos entrevistados foi realizada com o apoio dos técnicos que os acompanham e obedeceu aos seguintes critérios: ter formação média ou superior, um passado marcado pela inserção laboral, estabilidade sócio-económica, familiar e plena integração social, abalado por uma situação de desemprego na origem do atual contexto de vulnerabilidade e, nalguns casos, de sobreendividamento que determinaram o recurso ao RSI. Os depoimentos recolhidos foram alvo de uma análise de conteúdo temática.

A grande maioria dos entrevistados é do sexo feminino (doze indivíduos, num total de quinze), o que evidencia a maior propensão das mulheres para recorrerem à medida e utilizarem os serviços de ação social. Os entrevistados encontram-se todos em idade ativa (dos vinte e quatro aos sessenta e dois anos). Sete deles são casados, cinco divorciados e três solteiros, constituindo sete famílias monoparentais, quatro nucleares com filhos, uma família nuclear sem filhos, duas famílias recompostas e uma família constituída por um único elemento. As rupturas conjugais são atribuídas a desentendimentos originados pela situação de desemprego de um dos elementos do casal e dificuldades financeiras.

Todos os entrevistados se encontram fora do mercado de trabalho, não auferindo subsídio de desemprego. Metade dos indivíduos assinala que o “fim da escolaridade” coincidiu com o “primeiro emprego” mas verifica-se uma menor estabilidade laboral no grupo de indivíduos nascidos na década de 70, quando

comparados com os nascidos no final da década de 50, início da década de 60. Os percursos profissionais destes indivíduos explicam que a grande maioria reside em zonas socialmente valorizadas, em habitações próprias, com ou sem encargos financeiros, apesar de se encontrarem atualmente em situações de grande vulnerabilidade económica e social.

Um quarto dos entrevistados vivenciaram uma situação de doença grave do foro oncológico ou psiquiátrico, em geral, no período compreendido entre o momento do desemprego e a inclusão no RSI. Os problemas de saúde podem ser causa ou efeito da situação de precarização ou terem contribuído para o seu agravamento.

A integração dos entrevistados no RSI é relativamente recente: oito estão abrangidos pela medida há menos de 12 meses, três deles auferem a prestação há mais de um ano e menos de dois anos e apenas quatro dos entrevistados são beneficiários do RSI há mais de dois anos. É de realçar o facto dos indivíduos há menos tempo no RSI terem uma média de idades superior à daqueles que beneficiam da medida há mais tempo (52,6 anos e 35,3 anos, respectivamente).

Quase todos os entrevistados referem o enfraquecimento das relações sociais com a perda do emprego e a subsequente situação de crescente vulnerabilidade. Sobreviveram algum tempo da amizade ou caridade de pessoas mais próximas e contam ainda com algum apoio de familiares diretos.

### **Representações dos “novos pobres” sobre o RSI**

As representações que estes beneficiários têm do RSI constituiu um ponto chave deste estudo exploratório, pelo que procurámos identifica-las e ilustrá-las com exemplos dados pelos próprios entrevistados (os nomes usados neste estudo são fictícios para preservar a sua identidade).

Estes beneficiários com formações média/superior em situação de vulnerabilidade recorrem às instituições de apoio social de forma muito pontual, evitando-as pela vergonha e mal estar que causa. O RSI representa um apoio temporário: “no fundo quer a gente queira quer não isto é um rendimento que não é para sempre, é um rendimento transitório” e insuficiente: (Leonardo, 62 anos); “Agora veio este bocadinho, mas este bocadinho não chega, nem isto é vida, ou solução” (Ana, 46 anos). Um facto a ressaltar é que estes beneficiários não vêem o RSI como um meio para a inserção laboral ou de formação: “Ao nível da formação é muito, muito mau. Porque aí, então para quem tem licenciaturas, é um deserto, percebe?” (Manuela, 38 anos); “...Para o emprego também não sei...não vejo como...nunca me propuseram nada” (Ana, 46 anos). A descrença manifestada na reintegração no mercado de trabalho pelo RSI, não significa de forma alguma uma descrença no retorno ao trabalho, pelo contrário, estes beneficiários ambicionam encontrar um novo emprego mas pelos seus próprios meios, através das suas redes de conhecimentos e de procura ativa de emprego em locais que potencialmente os possam empregar (supermercados, lojas, fábricas, armazéns e construção civil). Em relação aos serviços de assistência social utilizados referem, de um modo geral, a indiferenciação e ineficácia dos mesmos. Apontam lacunas, nomeadamente, na falta de informações prestadas aos utilizadores e consideram-nos desadequados face às necessidades das pessoas que a eles recorrem, pela experiência vivenciada pelos próprios.

Tomando em consideração as referências bibliográficas consultadas e os resultados preliminares deste estudo, consideramos que, globalmente, estes “novos públicos” do RSI, se aproximam do grupo dos “incomodados”, na tipologia proposta por Rodrigues (2010), do qual fazem parte indivíduos que recebem transitoriamente a prestação ou que prevêm pelo menos que esse recebimento seja transitório e de curta duração. Trata-se de indivíduos a beneficiar da medida há relativamente pouco tempo e que apresentam uma carga auto-estigmatizante e vergonha pelo facto de dependerem da prestação.

### **A perspetiva dos “novos pobres” sobre os impactos do RSI**

A maioria destes novos beneficiários refere que o valor da prestação de RSI é manifestamente insuficiente para assegurar a satisfação de necessidades básicas, nomeadamente ao nível da alimentação, saúde e habitação: “Uma prestação que não dá para viver, sequer” (Leonardo, 62 anos), obrigando à privação e à

gestão extremamente rigorosa do rendimento disponível: “A gente pensa: bom vai dar para pagar a renda e depois com uns biscatinhos, eu com umas limpezinhas vamos pagando a luz, a água e comer...”(Ana, 46 anos).

A própria prestação de RSI é frequentemente complementada pelo apoio de familiares diretos ou amigos muito próximos: “...É os meus filhos que me têm ajudado. Se não fosse isso...” (Leonardo, 62 anos). Este apoio é habitualmente em géneros. Os bens, adquiridos ou herdados pelos entrevistados ao longo da sua vida, acabam por ter de ser vendidos ou entregues para fazer face aos problemas financeiros dos mesmos: “Tinha 4 ou 5 carros na altura, ainda há bem pouco tempo tinha...hoje andava com um, amanhã andava com outro, depois pegava na carrinha, depois pegava não sei que...tive que acabar porque os seguros todos e, um a um, foi tudo abaixo”; (Leonardo, 62 anos), “...vendemos coisas, bens pessoais e.. eu estou a olhar para a sua aliança, por exemplo, eu não tenho... Tinha uns quadros e foram alguns. ... Vendi os livros quase todos, vendi três mil e tal livros e custou-me imenso vendê-los, mas três mil livros dão quinhentos euros...” (Jorge, 60 anos). O nível de endividamento destes indivíduos é elevado, com manifestos problemas em cumprir as suas obrigações financeiras, ou mesmo incapacidade: “ posso-lhe dizer, estou a pagar uma renda de 45€, tenho água, luz, telefone, e gás e não sei que. Eu, se fosse pagar água, luz, telefone e gás, não comia. Não podia sobreviver neste momento, não é?” (Leonardo, 62 anos) e à alteração das práticas de consumo: “o X sempre disse, ao Pai emprestas-me o cartão, e eu era sim, porque ele sempre gostou de informática e música e tudo isso, portanto, mandava vir dos Estados Unidos, vinha e comprava, olha comprei esta placa, vou pô-la aqui, desmontava tudo. O mais novo não teve essa oportunidade...”.

A alteração das práticas de consumo acarreta mudanças nos estilos de vida, como sejam o fim do gozo de férias, as saídas e jantares ao fim de semana, ou até mesmo as idas ao cabeleireiro: “fazíamos sempre férias, claro, já não vou há 4 anos, é claro!” (Jorge, 60 anos); “Eu dantes, aos sábados, ia sempre jantar fora, aos sábados...porque eu não vou para lado nenhum. Só ia de verão, nas férias... prontos e, então falhou e, cortei logo! Cortei logo! Cortei logo!” (Berta, 50 anos. Provoca, igualmente, alterações nas relações sociais, reduzindo-as significativamente: “não me sinto contente por estar com o Rendimento Mínimo, não. Não, me sinto. Preferia ter o meu trabalho, ter uma vida e queria conviver, não é? Uma pessoa também em casa, a olhar para a televisão...já nem posso ver a televisão à minha frente!” (Berta, 50 anos) Assiste-se pois ao enfraquecimento das redes sociais, dando lugar, progressivamente, ao isolamento social, à perda de auto-estima, à frustração e a um sentimento de inutilidade: “A nível de auto-estima fez-me mal, francamente mal, pois vejo-me privada de coisas que antes tinha, apesar de que não tinha uma vida luxuosa, mas tinha acesso a coisas...se calhar comprava uma peça de roupa de dois em dois meses, agora não sei o que é isso” (Sónia, 33 anos) ; “Ter de vender e entregar as coisas e ficar sem nada, custa muito. Para quem teve uma vida boa custa muito. Eu tinha estabilidade...também trabalhava, mas tinha estabilidade” (Alexandre, 52 anos); “...acho que era muito mais aceitável e para a própria pessoa era, se calhar, melhor. Sentia-se mais útil.” (Rita, 52 anos).

A vergonha e o ressentimento pela situação em que se encontram são sentimentos transversais a todos os entrevistados: “É um bocado ter vergonha, mas nem sei se tenho vergonha de ter RSI ou se tenho vergonha de ter chegado a esta situação e me ser difícil de admitir. Vergonha, constrangimento, porque quando eu iniciei a minha vida profissional, quer dizer acho que não imaginava nada disto, acho que ninguém imagina...” (Rita, 52 anos) ; “...eu tive uma empresa com o meu irmão mais velho, que foi uma das empresas maiores do norte do país... ele roubou-me, fugiu para o Brasil com o dinheiro todo e eu fiquei na empresa... se eu o apanhava na altura, tinha-o matado. Rebentava-lhe a cabeça, fosse onde fosse! Pela patifaria que ele fez!” (Leonardo, 62 anos).

Praticamente todos escondem a condição de beneficiários de RSI e quando questionados sobre a medida e seus beneficiários, procuram distanciar-se dos beneficiários mais tradicionais.

### **As alterações ao RSI propostas pelos “novos pobres”**

No sentido de uma maior eficácia da implementação do RSI, estes beneficiários propõem uma maior fiscalização das situações, tendo sempre por referência os beneficiários tradicionais: “Eu acho que devia de

haver um controlo mais eficaz. Por essa gente toda a trabalhar...há aí muita coisa para fazer.” (Alexandre, 62 anos). Verificamos que não deixa de estar presente o estigma face aos beneficiários tradicionais, referindo a inércia dos mesmos e a possibilidade de situações fraudulentas: “...tenho vizinhos que são rapazes e raparigas novos, com vinte e qualquer coisa anos para vinte e cinco, que é o máximo. Agora eu não sei, a Caixa dá-lhes tanto dinheiro mensal que até dá para ir de férias para o Algarve e tudo mais...não é? Pessoas que nunca descontaram na vida!” (Leonardo, 62 anos).

Os entrevistados sugerem ainda um acompanhamento mais próximo e individualizado das situações, no sentido de serem avaliadas e seguidas com base na especificidade dos casos: “Acho que o dinheiro é importante, mas não é a única coisa...um maior acompanhamento individual, das necessidades individuais.” (Manuela, 38 anos).

Praticamente todos os entrevistados, sugerem a criação de formas de ocupação dos beneficiários de RSI, socialmente e devidamente compensadas, para além do valor da prestação: “tem-se falado muito em trabalho comunitário, aliás, nos jardins, é preciso limpar os jardins e as pessoas podiam fazer esse trabalho e recebiam o Rendimento e a Câmara complementava para as pessoas terem o mínimo e sentirem-se...O salário mínimo, pelo menos, e sentir “eu estou a trabalhar!” (Rita, 52 anos). Esta pode ser uma resposta positiva para a ocupação, valorização e inserção dos indivíduos.

## **Conclusões**

A caracterização dos novos públicos de RSI não é tarefa simples dada a crescente heterogeneidade destes beneficiários, com características distintas dos públicos tradicionais do RSI. Trata-se de indivíduos com constrangimentos múltiplos e com vergonha de se exporem e falarem sobre a sua situação. O desemprego assume um papel central na situação vivida por estes “novos pobres” que, apesar do seu percurso marcado pelo emprego e pela estabilidade anterior com a aquisição de bens e experiências/saberes, não dispõem de uma “almofada” de conforto para enfrentar um momento de crise e desestruturação das suas vidas laboral e pessoal.

O elevado nível de endividamento, associado à perda dos seus bens e à fragilização dos laços familiares e sociais, determinou o recurso ao RSI. Contudo, e apesar de considerarem este apoio como temporário, esta pode ser uma situação que se prolongará no tempo, devido à conjuntura económica atual e aos impedimentos pessoais de cada um dos beneficiários, que se encontram desprovidos de recursos para recomeçar a vida.

A maioria dos entrevistados referiram o baixo valor das prestações como um dos pontos negativos do RSI. Num contexto em que escasseiam as respostas de emprego e de formação financiada é fundamental assegurar que a medida contribua, de forma eficaz e eficiente, para a redução da pobreza e para uma maior equidade social. Constata-se, no entanto, que tem sido a preocupação com a redução da despesa pública a nortear as alterações legislativas que enquadram a modificação da condição de recursos do RSI, implementada em 2010 (Decreto-lei nº 70/2010, de 16 de Junho) veio reduzir claramente a eficácia desta medida de política social na redução da intensidade e severidade da pobreza.

Tal como referimos, estes novos públicos apresentam um percurso de vida marcado pela integração profissional, por uma vida social preenchida, no entanto, a situação de desemprego coloca-os numa situação de grande fragilidade, pela falta de ocupação estruturada, pela precarização das relações sociais e pela significativa redução de rendimentos. O Rendimento Social de Inserção deverá investir em respostas ocupacionais, devidamente compensadas. Uma medida deste tipo, contribuirá, certamente, para a quebra do isolamento social, para a valorização pessoal, para a atenuação de estigmas e constrangimentos bem como para a melhoria dos rendimentos das famílias. A focalização dos beneficiários nas questões pecuniárias e de assistência logística (bens alimentares e apoio na habitação) e nas medidas de apoio escolar aos filhos, quando existem, levam-nos a concluir que, a maioria dos entrevistados desconhece toda a amplitude do Programa de Inserção, nomeadamente, no que diz respeito às obrigações a cumprir pelo que se sugere o reforço da comunicação entre os serviços de enquadramento e os beneficiários e a informação destes últimos. Finalmente, consideramos urgente a adequação do RSI e dos seus dispositivos às características e

necessidades destes novos públicos. Considerando que apresentam formação média/superior e que procuram, frequentemente, reorientar as suas áreas de formação no sentido de criarem condições que facilitem a sua integração profissional, é importante que sejam criadas respostas formativas (financiadas) que enquadrem estes indivíduos. Refira-se que, recentemente, foram criadas algumas medidas que visam impulsionar a empregabilidade dos jovens (*Impulso Jovem, Estimulo 2012*) mas, para os indivíduos menos jovens, continuam a escassear as respostas.

### **Referências bibliográficas**

Costa, Alfredo; Baptista, Isabel; Perista, Pedro; Carrilho, Paula (2008), *Um Olhar Sobre A Pobreza: Vulnerabilidade e Exclusão Social No Portugal Contemporâneo*: Lisboa, Gradiva

Paugam, Serge (2003), *A Desqualificação Social*: Porto, Porto Editora

Rodrigues, Carlos Farinha (2011), *Rendimento Social de Inserção. Mudança de regras em tempo de crise*, EAPN, Rediteia Revista de Política Social nº44, Porto.

Rodrigues, Eduardo Vitor (2010), *Escassos Caminhos: Os Processos De Imobilização Social Dos Beneficiários Do Rendimento Social De Inserção*: Porto, Edições Afrontamento

Sen, Amartya (1999), *Development as Freedom*: Nova Iorque, Anchor Books